

Investimento em infraestrutura exige respeito aos contratos

ARTIGO

Adriano Pires

Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIIE)

Sempre digo que é uma falácia achar que existe falta de recursos para investimentos em infraestrutura no Brasil. O que existe é a falta de um ambiente jurídico e regulatório atrativo que desperte real interesse do mercado. E esse fator é crucial para o futuro das unidades da federação no Brasil.

É o caso do Rio Grande do Sul. Às vésperas de completar um ano de sua maior tragédia climática, o Estado ainda vive o desafio da melhoria de in-

fraestrutura.

Na energia elétrica, a queda de linhas de transmissão durante as chuvas de 2024 evidenciou a necessidade de diversificar o sistema e reforçar a segurança do abastecimento. Não fosse a termelétrica em Canoas, cujo combustível é o gás natural, parte do Estado teria ficado às escuras.

Na logística, o atual secretário da Casa Civil disse recentemente que se a futura concessão de sete rodovias não for feita agora, o Estado terá graves problemas de escoamento da produção pelos próximos anos.

Diante desse quadro, parece que no Estado investimentos em infraestrutura não acontecem em contextos de imprevisibilidade regulatória. Isso porque o volume inicial de re-

ursos é significativo e os retornos são de longo prazo.

Por isso, causa perplexidade que processos simples de revisão tarifária de concessões à iniciativa privada saiam dos ritos normais, gerando dúvidas sobre o compromisso do Estado com a segurança jurídica.

Causa perplexidade que processos simples de revisão tarifária de concessões à iniciativa privada saiam dos ritos normais

Em 2021, o Rio Grande do Sul foi pioneiro na abertura do mercado de gás, concedendo a Sulgás à iniciativa privada, movido pelo desejo de mais inves-

timentos e pela urgência de ampliar a arrecadação com leilões para equilibrar as contas públicas.

As premissas, à época, foram claras: manutenção do contrato de concessão vigente, com todas as cláusulas, para maximizar o valor da companhia, aumentando o valor recebido pelo Estado pela privatização. Quem participou do leilão certamente acreditou nas regras estipuladas pelo Estado, mas agora a realidade é outra.

Sob o verniz da *evolução regulatória*, a agência reguladora estadual alterou, unilateralmente, na revisão tarifária de 2024, a aplicação do contrato de concessão e, pelo terceiro ano consecutivo, apresentou “nova interpretação” de cláusulas do contrato, pre-

judicando quem confiou na segurança regulatória do governo gaúcho.

Fica a pergunta: como investir num ambiente de tamanha desconfiança institucional? As sucessivas alterações metodológicas a cada rito ordinário representam um intervencionismo injustificado e criam um cenário sombrio de insegurança jurídica para os 19 anos restantes do contrato de concessão.

Se o Rio Grande do Sul quer continuar atraindo investimento privado para o setor de infraestrutura, é essencial que garanta o que está firmado nos contratos das concessões privatizadas. Sem isso, o Estado só vai conseguir atrair investidores aventureiros em processos licitatórios futuros.

Indicadores Custo de vida

Alimentação responde por quase 60% da prévia da inflação, indica IBGE

Com resultado de abril, IPCA-15 acumulado em 12 meses chega a 5,49%, pior patamar em mais de dois anos

DANIELA AMORIM
RIO

A prévia da inflação oficial no País desacelerou de uma elevação de 0,64%, em março, para 0,43% em abril. Passagens aéreas e gasolina deram uma trégua, mas os preços dos alimentos voltaram a pressionar o orçamento familiar. O grupo alimentação e bebidas teve uma elevação de 1,14%, no oitavo mês consecutivo de variação positiva. Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora tenha ficado dentro do previsto por especialistas, o resultado fez a taxa acumulada

em 12 meses acelerar pelo terceiro mês consecutivo, chegando agora a 5,49%, que é o maior patamar para o período em mais de dois anos. Com isso, a taxa ficou ainda mais longe da meta de inflação de 3% perseguida pelo Banco Central – cujo teto de tolerância é de 4,5%.

“O mercado de trabalho aquecido e o real enfraquecido mantêm o cenário bastante desafiador para a inflação”, definiu o economista Claudia Moreno, do C6 Bank, em comentário.

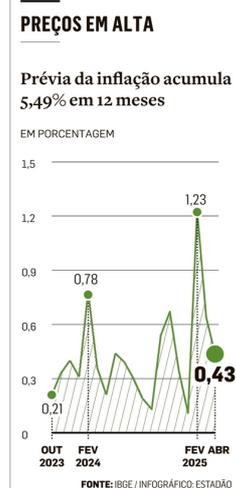
Variação Pela prévia de abril, o tomate teve reajuste de 32,67%, enquanto o café moído subiu 6,73%

Ela pondera que, se a queda nos preços de commodities e a perspectiva de um dólar mais fraco perdurarem nos próximos meses – como efeito do tarifaço anunciado pelo presidente dos EUA, Donald

Trump –, teria espaço para reduzir sua projeção para a inflação no fechamento do ano (hoje, em 5,9%). Por ora, porém, a convergência à meta segue desafiadora.

O cenário de inflação ainda requer cautela, corrobora o economista-chefe da corretora de investimentos Monte Bravo, Luciano Costa. A Monte Bravo manteve sua previsão de uma elevação de 0,50 ponto porcentual na taxa básica de juros na reunião de maio do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Se confirmada, a Selic passaria dos atuais 14,25% para 14,75% ao ano.

“Esse movimento resultará em uma taxa de juros real de 9,1% ao ano, nível bastante restritivo, o que deverá permitir ao Banco Central manter a Selic estável nesse patamar até o fim do ano”, previu Costa, que estima um IPCA de 0,48% no fechamento de abril, devido ao reajuste de medicamentos e à pressão sa-



1,29% em abril, pressionada por reajustes no tomate (32,67%), café moído (6,73%) e leite longa-vida (2,44%). Já a alimentação fora do domicílio aumentou 0,77%; a refeição fora de casa subiu 0,50%; e o lanche avançou 1,23%.

Em saúde, houve pressão de reajustes nos itens de higiene pessoal (1,51%), produtos farmacêuticos (1,04%, após a autorização do reajuste de até 5,09% nos preços dos medicamentos, em vigor desde 31 de março) e plano de saúde (0,57%).

Na direção oposta, o recuo de 14,38% no preço das passagens aéreas resultou no maior alívio para o IPCA-15 no mês – de -0,11 ponto porcentual. Os combustíveis também diminuíram, puxados por etanol (-0,95%), gás veicular (-0,71%), óleo diesel (-0,64%) e gasolina (-0,29%).

Para o economista-chefe do Banco BMG, Flavio Serrano, o IPCA-15 de abril registrou uma leitura da qualidade ruim, com destaque para a pressão na alimentação no domicílio, bens industriais e serviços. Serrano chama atenção para os serviços nesta divulgação, uma vez que o segmento segue em nível elevado na média móvel trimestral anualizada e dessazonalizada, apesar de alívio na passagem de março para abril. “Na métrica de três meses, está rodando acima de 7,5%”, calcula. ● COLABORADORA CAROLINE ARAGAKI, DANIEL TOZZI MENDES, GABRIELA JUÇA e ANNA SCABELLO

ALIMENTAÇÃO. O encarecimento da alimentação respondeu por cerca de 60% de todo o IPCA-15 de abril. Se somada ainda a elevação de 0,96% no custo com saúde e cuidados pessoais, apenas os dois grupos concentraram 88% da inflação deste mês.

A alimentação para consumo no domicílio avançou

Em maio, consumidor voltará a pagar taxa extra na conta de luz

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem o acionamento de bandeira tarifária amarela em maio, o que vai representar a cobrança

de um adicional de R\$ 1,885 na tarifa de energia a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Como justificativa, a Aneel citou a redução do volume de

chuvas com a transição para o período seco do ano. Além disso, as previsões de precipitação e vazões nas regiões dos reservatórios para os próximos meses ficaram abaixo da média.

O anúncio veio em linha com a previsão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que já proje-

tava, no mês passado, a bandeira tarifária amarela em todos os cenários avaliados. Desde dezembro do ano passado, a bandeira tarifária permanecia verde, sem a cobrança de adicional nas contas – diminuindo o peso da energia nos indicadores de inflação.

Mês a mês, o Operador Na-

cional do Sistema Elétrico (ONS) considera o custo variável da produção de energia, como a disponibilidade de recursos hídricos, bem como o acionamento de fontes de geração mais caras. A arrecadação via bandeira tarifária paga os custos adicionais. ● RENAN MONTEIRO/BRASILIA